

Artículo original | Original article

Ter, amar e ser: uma possibilidade de compreender as relações entre desenvolvimento e sustentabilidade no meio rural

[Have, to love and to be: a possibility de understand the relationships between development and sustainability at rural environment]

Zildence Matias Guedes Maia¹, Elisabete Stradiotto Siqueira², Cimone Rozendo³ & Valdemar Siqueira Filho⁴

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Mossoró-RN, Brasil
Contacto | Contact: zildence@hotmail.com

Abstract: The human connection with the environment from the perspective of sustainable development it has been pointed as eye shadow on construction of another rationality. In this sense, to work aimed to investigate the perception the quality of life in the field from the overlay of languages used by farmers and farmer's family residents in Mulunguzinho Settlement in Mossoró-RN, as well as its relationship with the environment and natural resources. Identified the factors that influence on staying of the subjects in your location of housing are conditioned the categories have, to loved and to be and the trajectory of life with agriculture. Besides, the relationship they establish with the environment tax is of your perception of natural resources as essential for your social reproduction. Therefore, need be managed sustainably.

Keywords: Development. Sustainability. Family agriculture.

Resumo: A relação humana com o meio ambiente na perspectiva do desenvolvimento sustentável tem sido apontada como potencializadora na construção de outra racionalidade. Nesse sentido, o trabalho objetivou investigar a percepção da qualidade de vida no campo a partir da sobreposição de linguagens utilizada por agricultores e agricultoras familiares residentes no Assentamento Mulunguzinho em Mossoró-RN, bem como a sua relação com o meio ambiente e os recursos naturais. Identificou-se que os fatores que influenciam na permanência dos sujeitos em seu local de moradia estão condicionados as categorias ter, amar e ser e a trajetória de vida com a agricultura. Ademais, a relação que eles estabelecem com o meio ambiente é tributária de sua uma percepção dos recursos naturais como essenciais para a sua reprodução social. Portanto, precisam ser manejados de forma sustentável.

Palavras-Chave: Desenvolvimento. Sustentabilidade. Agricultura Familiar.

Recibido | Recibed: 11 de diciembre de 2014

Aceptado | Accepted: 15 de junio de 2015

Este artículo puede ser citado como | This article must be cited as: Guedes, Z.; Stradiotto, E.; Rozendo, C. & Siqueira, V. (2015). Ter, amar e ser: uma possibilidade de compreender as relações entre desenvolvimento e sustentabilidade no meio rural. *Sustentabilidad(es)*, vol.6, núm.12: 130 – 159.

¹Doutoranda em Ciências Sociais – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Mossoró RN, Brasil.

²Dra. em Ciências Sociais, Professora Adjunta do Departamento de Agrotecnologia e Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Semi-árido (UFERSA); Mossoró-RN, Brasil. E-mail: betebop@uol.com.br

³ Dra. em Ciências Sociais, Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Natal-RN, Brasil. E-mail: cimone.rozendo@gmail.com

⁴ Dr. em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP, Professor Adjunto do Departamento de Agrotecnologia e Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Semi-árido (UFERSA) – Mossoró-RN. Brasil. Email: dhemah@uol.com.br

1. Introdução

A compreensão das associações humanas sobre o meio ambiente físico natural em vários campos do saber, durante um período considerável, aconteceu de forma a minimizar o equilíbrio de tal relação. Duas questões definiram o pensamento verde no século XIX, de um lado os limites impostos pela natureza à expansão humana, bem como os pontos de vista antropocêntricos *versus* ecocêntricos. Esse cenário constituiu o que se chama uma crise global, que tem culminado com a discussão sobre a necessidade de uma inversão, ou talvez maior equilíbrio na relação humana com a terra (Foster 2005: 44).

As críticas contumazes sobre a exploração dos recursos naturais e a consequente perda desse capital são identificadas na Inglaterra desde o século XVII. Nesse momento já se denunciava as agressivas devastações causadas nas florestas inglesas decorrentes da construção de barco, bem como manufaturas de vidro, fornalhas de ferro, dentre outros (Ibid: 47).

Diversas teorias detiveram-se a explicar o afastamento do ser humano da natureza,

reduzindo tal relação ao utilitarismo, contudo, as críticas a essa perspectiva surgem a partir do momento que observa-se as causas da degradação humana sobre o capital natural, e como a natureza vai respondendo a essas ações. Nesse sentido, além das críticas e denúncias que se intensificam, exige-se da raça humana outra compreensão da natureza, que sobretudo, evoque um olhar que respeite a capacidade do meio ambiente, em que homem e mulher se sintam parte integrante da natureza (Leff 2006: 185; Foster 2005: 70; Santos 2006: 159).

Dentre alguns marcos conceituais dessa discussão, é mister ressaltar as inquietações que emergem especificamente por volta dos anos de 1960, e se proliferam em alertas vindos da Universidade, quando se discute sobre o avanço das ciências que incorre por transformar as tecnologias e processos produtivos em verdadeiras ameaças à perenidade da vida. Exponentes dessa discussão são algumas obras, como *Silent Spring* de (Rachel Carson 1962), *The tragedy of the commons* de (Garret Hardin 1968).

Este cenário demonstra a preocupação que têm permeado a sociedade em relação à perspectiva ambiental e por sua vez, da relação humana com o meio ambiente que o circunda. É neste contexto que a ideia de sustentabilidade, na perspectiva do desenvolvimento local sustentável ganha evidência, uma vez que entende-se que este se baseia na valorização das características e capacidades endógenas, no empoderamento dos indivíduos locais, enquanto portadores da capacidade de promover seu desenvolvimento em parceria com outros âmbitos da sociedade, Estado, setor privado. Entende-se ainda que se trata de um conceito amplo e que, portanto, tende a integrar o sujeito com uma realidade maior que traz no seu bojo a teia de relações complexas. Nessa lógica o desenvolvimento estaria articulado à possibilidade do homem viver bem, para além da visão econômica que assemelha qualidade de vida a capacidade de consumo.

Evocando a perspectiva da sustentabilidade, (Sen 2010: 110) propõe uma nova concepção de desenvolvimento, que difere das abordagens que outrora permeavam a sociedade. Nesse sentido,

considera que a condição de agente dos indivíduos é fundamental para lidar com tal perspectiva. Ele acredita que a liberdade individual consiste em um comprometimento social, que coloca os indivíduos como protagonistas da realidade na qual estão inseridos, conferindo-lhes autonomia para atuarem como partícipes, e por sua vez, esta atuação será refletida na sociedade como um todo. Diante dessa perspectiva, afirma (Sen 2010:16) “ver o desenvolvimento como expansão de liberdades substantivas dirige a atenção para os fins que o tornam importante, em vez restringi-la a alguns meios que, *inter alia*⁵, desempenham um papel relevante no processo”.

Igualmente discutindo sobre a sustentabilidade, corrobora (Leff 1998: 11) “a sustentabilidade é o tema do nosso tempo, no final do século XX e a transição para o terceiro milênio, a transição da modernidade para uma pós-modernidade truncada e inacabada, incerta marcada pela diferença, diversidade, democracia e autonomia”. A ideia da sustentabilidade tornou-se uma

⁵ Entre outros.

demanda inerente à sociedade atual em todas as suas dimensões.

Neste texto nos deteremos particularmente na sustentabilidade voltada para a agricultura familiar, usando como referência um documento que tem orientado a perspectiva do desenvolvimento de uma agricultura com base sustentável. Trata-se da agenda 21 brasileira, que em seu capítulo 14 apresenta a promoção do desenvolvimento rural e agrícola sustentável. O referido documento expõe a preocupação com o crescimento populacional e com isso o aumento proporcional pela demanda de alimentos (Cnumad 2001:122).

Nesse sentido, é dada ênfase ao desafio que é posto para a população, sobretudo para a prática da agricultura, se trata de aumentar a produção em terras que se encontram, algumas vezes, exploradas com tecnologias adequadas e práticas que não agridam ao meio ambiente, incidindo desta forma numa agricultura de prática sustentável, o que demonstra que a preocupação atual não gira em torno apenas do aumento da produção agrícola, mas do aumento sustentável, com base

em princípios que distam da lógica desenvolvimentista (Ibid:122).

Assim, compreende-se que o retorno do homem a natureza passa pela perspectiva do desenvolvimento endógeno que pode ser considerado como capaz de promover a autonomia dos sujeitos. Tal perspectiva é apontada por (Ibid: 484), que a conceitua:

O alívio da pobreza não depende do aproveitamento do excedente da força de trabalho dos pobres para a construção de infraestrutura básica e para gerar as condições de produção do capital em expansão, mas para mobilização do potencial produtivo dos ecossistemas e das próprias comunidades para seu próprio benefício.

Entende-se que a perspectiva de desenvolvimento endógeno é capaz de fortalecer a autogestão das comunidades, de modo que estas não sejam vistas como pauperizadas, e que a elas seja conferida a capacidade de serem protagonistas de suas próprias condições de existência. E para uma maior compreensão do

desenvolvimento local apresenta-se o conceito proposto por (Buarque 2008: 26) “o desenvolvimento local é o resultado de múltiplas ações convergentes e complementares, capaz de quebrar a dependência e a inércia do subdesenvolvimento e do atraso em localidades periféricas e de promover uma mudança social no território”.

A busca pela percepção² da população não consiste apenas naquilo que é determinado como necessidades básicas, mas sim o que eles almejam no que diz respeito aos medos, sonhos, perspectivas. Nesse sentido afirma (Pontual 2002: 201):

A questão da percepção da população é um ponto de partida fundamental para uma pedagogia de participação da inclusão, que busque construir não só novos resultados ou indicadores de qualidade de vida, mas, sobretudo, produzir novos significados de qualidade de vida.

Compreender a relação dos atores com o meio ambiente com quem convivem e de onde extraem os recursos para sua

permanência, possibilitam a permanência nesse local de moradia, para tanto é necessária uma abordagem metodológica que permita perceber e captar o que não estava dito, o que estava sendo apresentado em diversas linguagens e de muitas formas. Colocamo-nos então frente a um desafio.

Nesse sentido, o objetivo deste artigo consistiu em investigar a percepção de agricultores e agricultoras familiares residentes no Assentamento Mulunguzinho em Mossoró-RN sobre qualidade de vida no campo, procurando identificar que tipo de sustentabilidade/modelo de desenvolvimento está presente em tal concepção.

1.1 O campo na perspectiva da qualidade de vida

Na literatura, o espaço rural é apresentado sobre um duplo aspecto: um lugar maravilhoso para se viver, sobretudo, por suas características bucólicas e mesmo pelo perfil de sua população, mas ao mesmo tempo o lugar de atraso (Wanderley, 2000), daqueles que não

deram “certo, um lugar impossível de se reproduzir social e economicamente, E para alguns sujeitos ele mantém todas as suas peculiaridades, no entanto, ainda assim só pode ser visto como um lugar de passeio para visitar os parentes, ter o contato com o bucólico, e por isso, extrair dele o que julgam necessário.

A importância do campo em uma perspectiva histórica está ligada a relação do homem com a terra, principalmente porque dela extraímos a subsistência. Ao tratar da relação campo-cidade a partir da experiência inglesa, (Williams 2011: 34) afirma que mesmo havendo o avanço do processo de urbanização, a literatura inglesa durante muito tempo se deteve no mundo rural, tamanha importância do campo mesmo frente a estes novos processos. Em alguns momentos a vida do homem do campo apresenta-se como alternativa para o burburinho da cidade, da vida na corte. Nesse sentido, Williams (Ibid: 15) afirma “Assim, essa vida campestre tem muitos significados: em termos de sentimentos e de atividades; no espaço e no tempo”.

Há que considerar que o meio rural nas sociedades modernas apresenta uma

diversidade de ocupações e de interesses sociais tornando-se atrativo, não apenas pela sua característica agrícola, mas por outras diversas possibilidades como o turismo, lazer, empreendimentos diversificados. (Ibid: 18) afirma que no que se refere à ocupação desse espaço há um confronto entre três posições diferentes. A primeira evidencia a forma de ocupação atribuída à destinação produtiva do meio rural. A segunda entende tal ocupação como a possibilidade de melhoria na qualidade de vida a que aspira o conjunto da sociedade, sobretudo, para os habitantes das grandes cidades. E a terceira entende esse espaço como um bem coletivo, no sentido de vê-lo não apenas como um local de moradia, mas como um patrimônio ambiental a ser preservado, numa perspectiva de uso não predatório.

Ao propor investigar o campo na perspectiva da qualidade de vida, entende-se que é demasiado complexo estabelecer índices ou resultados sobre qualidade de vida, dada a diversidade do tecido social que compõe campo, e ainda o caráter de subjetividade presente nesses. Tal diversidade varia desde aspectos culturais até aspectos econômicos,

sociais, e até mesmo ambientais. Nesse sentido, parte-se de definições já conhecidas e difundidas que podem nos auxiliar nessa compreensão. Diante disso, afirma (Merege 2001: 8-9):

Pode-se dizer que qualidade de vida é semelhante à liberdade – não há ninguém que a defina, não há ninguém que não a entenda. Suscita-se então um complexo debate onde são inevitáveis os conflitos de valor, revelando que nossos desafios não se reduzem à escolhas técnicas, mas estão permeados de opções políticas e éticas.

A abordagem que pretenda trabalhar com a perspectiva da qualidade de vida deve considerar que tal tarefa implica numa expedição complexa, considerando que a aplicação de um método, ou mesmo vários, encontrará sempre limitações. O sucesso de tal perspectiva está relacionado à postura do observador frente ao objeto de investigação, pois não há como mensurar a melhor percepção no que diz respeito à qualidade de vida. Quem melhor pode definir qualidade de vida, quem vive ou de quem observa?

(Martins et al., 2000:64). O conceito de qualidade de vida adotado neste trabalho baseia-se em (Herculano 1998: 22) que assim o define:

Propomos que "qualidade de vida" seja definida como a soma das condições econômicas, ambientais, científico-culturais e políticas coletivamente construídas e postas à disposição dos indivíduos para que estes possam realizar suas potencialidades: inclui a acessibilidade à produção e ao consumo, aos meios para produzir cultura, ciência e arte, bem como pressupõe a existência de mecanismos de comunicação, de informação, de participação e de influência nos destinos coletivos.

Em princípio, entende-se que para discutir sobre qualidade de vida é necessário articula-la à perspectiva do desenvolvimento. De acordo com (Sen 2010:12), a concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além do

crescimento do Produto Nacional Bruto, e mesmo de muitos índices que visam mensurar quantitativamente o aumento de renda da população. Nesse sentido, não se pode desconsiderar a importância do crescimento econômico e mesmo aumento da *renda per capita*. Contudo, esses devem se constituir em meios para melhorar a qualidade de vida da população, devendo esse ser o fim de uma perspectiva adequada do desenvolvimento. Diante disso, afirma (Ibid: 111):

Com efeito, dada a diversidade interpessoal, relacionada a fatores como idade, sexo, talentos inatos, incapacidades e doenças, o conjunto de bens possuídos pode efetivamente nos dizer pouquíssimo sobre a natureza da vida que cada pessoa pode levar. Portanto, as rendas reais podem ser indicadores muito insatisfatórios dos componentes importantes do bem-estar e da qualidade de vida que as pessoas têm razão para valorizar.

Corroborando com Sen, (Herculano 1998:

10) afirma “a qualidade de vida não deve, portanto, ser entendida como um mero conjunto de bens, confortos e serviços, mas, através destes, das oportunidades efetivas das quais as pessoas dispõem para ser”.

De acordo com (Vitte 2002: 114), a discussão sobre a qualidade de vida deve ser vista como uma das premissas norteadoras na busca do desenvolvimento, e deve ainda ser considerada como um direito de cidadania. Ao citar a experiência social-democrata da Escandinávia na perspectiva da qualidade de vida, a referida autora apresenta os princípios dessa experiência com base em três verbos: ter, amar e ser. Ao verbo ter refere-se às condições materiais necessárias à sobrevivência, recursos econômicos, condições de habitação, o emprego, as condições físicas do trabalho, saúde e educação. Ao verbo amar refere-se à necessidade de relacionar com outras pessoas e criar identidades sociais. O verbo ser refere-se às necessidades de integração com a natureza, e ainda participação nas decisões políticas. Embora (Ibid) reconheça que essa experiência apresenta um caráter subjetivo, e que, portanto, é

difícil de mensurar, o que é relevante é a participação da população nesse processo, sendo-lhes conferida a possibilidade de eles mesmos interferirem nas decisões que dizem respeito à coletividade, e que pode resultar em políticas públicas que visem a favorecer a sociedade.

Nesse sentido, trazer a percepção das pessoas, bem como a complexidade que isso envolve para o debate sobre qualidade de vida na perspectiva de definir políticas públicas para o desenvolvimento sustentável, pode favorecer não só a população, como a própria gestão local, pois essa discussão possibilita, conforme (Vitte 2002: 32):

- a) pensar em alternativas que considerem, juntamente com a racionalidade técnica, a expressão dos indivíduos quanto aos seus sonhos e desejos relativos à cidade, à sociabilidade e à urbanidade; b) pensar em alternativas que sejam discutidas socialmente; c) que as pessoas tenham a ousadia de sonhar com uma vida diferente e avançar criticamente sobre quais aspectos as políticas urbanas e

sociais devem valorizar.

A noção de qualidade de vida tem sido aproximada ao grau de satisfação presente na vida familiar, amorosa, social e ambiental, ou ainda à própria estética existencial. Nesse sentido propõe a capacidade de integrar elementos que vão desde a cultura até todos os outros elementos que determinada sociedade reconhece como seu padrão de conforto e bem-estar.

2. Metodologia

A presente pesquisa foi desenvolvida a partir de um viés essencialmente qualitativo, e o foco da análise foi a sobreposição de linguagens (oral, imagens, registros apresentados pelas famílias). Precipuamente, considera-se de fundamental importância apresentar o contexto onde estão inseridos os participantes desta pesquisa, no intuito de fundamentar a construção de suas narrativas e discursos, de modo a entender suas falas a partir dos próprios sujeitos, e promover uma maior compreensão dos sentidos atribuídos ao

cotidiano vivido, relacionando seus discursos com o universo em que vivem.

O lugar privilegiado para coleta de dados, na grande maioria das vezes, foi o interior das casas, em especial a sala, o lugar em que se recebem as visitas, além de ser lugar de reunião da família, ao lado da cozinha, o lugar da refeição. Em algumas entrevistas havia a presença de outros familiares que demonstravam curiosidade para entender a pesquisa, e em alguns momentos participaram desse momento. Em determinada ocasião da entrevista foi solicitado a eles que em posse da câmera, trouxessem o que eles consideram como bom no local em que moram, o que é importante para eles permanecerem nesse lugar, bem como o que nesse lugar lhes remete à qualidade de vida. Para alguns foi o primeiro momento com uma câmera fotográfica, e trouxeram nas imagens muitas representações. Desde imagens dos objetos domésticos, até as fotos dos seus familiares. Embora na pesquisa original tenham sido entrevistadas 6 famílias, neste artigo, considerando o recorte pretendido, apresentamos a análise de duas entrevistas.

A presente pesquisa classifica-se como qualitativa. De acordo com (Minayo 1994: 35), a pesquisa qualitativa além de responder a questões muito particulares, está relacionada com um nível de realidade que não pode ser quantificado, de modo que trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, correspondendo a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

2.1. Estratégias de coleta de dados

2.1.1. Pesquisa Iconográfica

A dificuldade do trabalho com grupos populares relaciona-se, de saída, com as estratégias de vida para sobreviver, já que eles aprendem a transitar sobre os efeitos da marginalização retirando deste contexto desfavorável os elementos que sustentam suas vidas. No campo da linguagem esta performance de existência significará a articulação de um discurso fragmentário e polifônico (Zumthor 1993:137). Esta característica deve-se a dificuldade que estes grupos enfrentam para construção de seu projeto de vida e

as estratégias necessárias para superação destas barreiras. Como resposta, produzirão um discurso aberto, que possa acolher qualquer possibilidade de benefício para si, entretanto, apesar de inteligente esta perspectiva é tomada muitas vezes como sendo índice de falta de consciência ou alienação (Weill 1996:32). Optou-se também pelo trabalho com as imagens, por este ser uma forma de produção de linguagem que representa o contexto social a partir de uma articulação mais sensória e afetiva daquele contexto.

2.1.2 Entrevistas Semiestruturadas

Este tipo de entrevista permite conduzir a coleta de dados em um sentido pré-determinado e ao mesmo tempo conta com flexibilidade suficiente para em casos que o pesquisador considerar importante possa elaborar questões intermediárias que aprofundem determinados relatos. A coleta dos depoimentos foi realizada através de gravação permitindo que as falas dos entrevistados possam ser transcritas e utilizadas como argumentação na análise de dados. (Boni e Quaresma 2005:70) sugerem que este tipo de entrevista pode

conter questões abertas e fechadas. De qualquer forma, é uma abordagem diretiva em que os relatos são conduzidos pelo interesse do pesquisador, mas que permite obter impressões dos entrevistados sobre determinada temática.

2.1.3 Diário de Campo

O diário de campo é um instrumento complementar de registro das impressões que o pesquisador traz do campo de pesquisa, tem o objetivo de sistematizar impressões complementares àquelas coletadas através de outras abordagens diretas com os atores envolvidos. Trata-se de um olhar do pesquisador sobre seu campo empírico, que guarda a subjetividade do pesquisador em suas interações. Para Weber (2009:159) trata-se do registro da observação direta e dos comportamentos culturais.

2. Local de Estudo

O Assentamento Mulunguzinho fica próximo à cidade de Mossoró, a exatamente 18 km. No assentamento moram 112 famílias que contam com um posto de saúde e uma escola. O assentamento é conhecido também pela trajetória de um grupo de mulheres que

decidiram se unir para fazer uma experiência com produção agroecológica, conhecido por Grupo de Mulheres Decididas a Vencer. As visitas consistiram de dois dias, e nessas ocasiões a pesquisadora ficou na casa dos moradores do assentamento.

2.6 Sujeitos da Pesquisa

O perfil dos moradores entrevistados é de pessoas que tiveram contato com a agricultura em suas infâncias, foram morar na cidade em bairros periféricos, moravam em casas alugadas, e diante da possibilidade de vir para o Assentamento Mulunguzinho, vislumbraram na Reforma Agrária uma oportunidade de ter a sua casa própria, um lugar seu, e viver da agricultura. Os agricultores e agricultoras entrevistados se encontram na faixa etária entre 33 e 65 anos.

3. Resultados e Discussões

3.1. Qualidade de vida no campo

Embora nas casas seja possível perceber a presença de eletrodomésticos contemporâneos, como a geladeira, o fogão a gás, a torradeira, o geláguia, outros objetos rústicos permanecem,

como o fogão a lenha, que segundo as agricultoras deixa a comida mais saborosa, bem como as panelas de barro. Em algumas casas foi possível perceber inclusive, que as panelas de alumínio sempre são mantidas impecavelmente limpas, como se fossem enfeites da casa, ou para demonstrar o zelo pelo lar, mas para o uso diário são preferidas as de barro.

Essa relação afetiva com os objetos domésticos que identificou-se nos relatos, está relacionado a trajetória de vida de cada um dos sujeitos vem ao encontro do que Sen (2010) considera a respeito da qualidade de vida, pois, segundo o referido autor, está relacionada a diversidade interpessoal dos sujeitos. Já Herculano (1998) considera que esta perspectiva vai além do conjunto de bens, está relacionada às oportunidades efetivas por parte dos sujeitos. E Forattini (1991) afirma que a qualidade de vida diz respeito à satisfação das necessidades de moradia, por exemplo, mas também as que são particulares aos sujeitos.

3.1.1 Maria Francisca de Oliveira

“O bom aqui é criar. Nasci na agricultura, estou na agricultura e gosto muito da agricultura.”

A primeira casa a ser visitada foi a de Maria Francisca de Oliveira, 61 anos. Ela e sua família foram os primeiros a chegar ao assentamento no ano de 1992. No ano de 1993, o INCRA comprou a terra e repassou aos assentados. O primeiro espaço da casa a ser visitado foi o quintal, onde Maria, como gosta de ser chamada, cultiva horta agroecológica que é utilizada para o consumo familiar e comercializada as sextas-feiras na cidade de Mossoró, na Rede Xique Xique de Comercialização Solidária. Auxiliam na produção o marido e os filhos de Maria e outras mulheres que integram o Grupo de Mulheres Decididas a Vencer que respondem pela produção e comercialização de alimentos agroecológicos.

A entrevista foi realizada em momentos distintos. No primeiro momento pediu-se que ela escolhesse o lugar em que se sentia bem em sua casa, e o lugar escolhido foi próximo as suas plantas. Iniciou-se a entrevista perguntando o que ela considera de bom em viver nesse

local, ao que ela responde “O criar. o que eu acho bom aqui é criar. Criar, plantar minha horta. O que eu acho bom aqui é isso. Me sinto muito feliz aqui porque eu crio, eu planto”.

Durante a entrevista, Maria se sentiu a vontade para relatar sua trajetória no assentamento, das suas alegrias, dos seus filhos e netos. Quando se perguntou como eram as condições da casa antes de vir morar no assentamento, ela responde: “Em Mossoró eu não tinha nem casa para morar, hoje em dia tenho essa, duas no lote. De vinte anos para cá eu sou feliz, há vinte anos tive apenas sofrimento”.

A renda da família de Maria advém das aposentadorias dela e de seu marido. Foi possível perceber em seu relato que esse é um fato de satisfação para ela, ao afirmar “Sou aposentada por aqui. Tenho muito orgulho”. A alimentação é garantida pela ida a cidade, em supermercados, bem como pelo plantio em casa, criação de animais, como galinha, gado bovino, caprino e ovino do qual retiram leite para consumo próprio e carne (no caso dos caprinos e ovinos), e a criação de galinhas, por vezes, torna possível a comercialização de ovos. Os legumes

consumidos nessa residência provêm da horta mantida em casa sem uso de agrotóxicos. Devido a dificuldade de água nessa região, a produção de gêneros alimentícios é baixa, para a comercialização destina-se o pouco excedente, para complementar a renda familiar.

Ao se indagar sobre o que ela diria para alguém que quisesse morar nesse espaço, ela responde: “Fique aqui que é bom, saiba viver. Eu nasci numa casa de taipa, eu era tão feliz. Quando eu vou ao meu lote, estou no céu”. Perguntou-se o que ela entende sobre qualidade de vida, nesse momento ela colocou a sua compreensão, sua subjetividade, que o lugar em que mora a faz feliz. Embora reconheça que esse espaço carece de melhor infraestrutura para seus habitantes. Nesse sentido ela fala:

Eu acho que qualidade de vida assim, a gente viver apenado é muito ruim, mas quando a gente tem o que comer certo, suas coisas certa, já não se preocupa com aquilo ali. Eu me preocupo de acontecer alguma coisa com meus filhos, mas assim de vida

eu não me preocupo porque graças a Deus eu tenho. E tudo que eu tenho foi arranjado aqui em Mulunguzinho.

Ao iniciar sua entrevista, Maria Francisca escolheu o alpendre de sua casa, próximo as suas plantas, balançando-se em sua cadeira. Em vários momentos ela se emocionou, ao falar dos seus pais, especialmente da mãe que faleceu recentemente, bem como da tristeza que sente quando os filhos ou netos estão longe. Relatou as lembranças da sua infância em que morou numa “casinha” de barro e era muito feliz. Ao solicitar os registros fotográficos do que ela considera bom em seu local de moradia, ela informou que nunca havia pego em uma câmera digital, mas se mostrou bastante a vontade com a mesma. Pediu-se que ela trouxesse nas fotos o que a faz feliz em seu local de moradia. A primeira foto realizada foi de seus animais, Figura 1. Nesse momento, ela demonstrou afeto pelos animais e de poder cuidar deles em seu próprio local de moradia. Na segunda foto, Figura 2, Maria fez questão de registrar o seu fogão a lenha, segundo ela, tem que mostrá-lo a quem chega, e mesmo utilizando o fogão a gás, sempre

faz questão de cozinhar no de lenha porque deixa a comida mais saborosa.



Figura 02- Fogão a lenha da casa de Maria. 19 jul. 2012.



Ao percorrer sua casa, Maria se deteve para registrar a carroça em seu

quintal, Figura 3, que segundo ela foi a primeira carroça da comunidade. Na imagem seguinte, Figura 4, foi registrada a horta agroecológica cultivada no quintal de Maria. Essa é mantida por ela, seu marido Luiz, e seus filhos. Maria tem um forte sentimento de pertencimento ao seu local de moradia. Antes de vir morar em sua atual casa, morou 17 anos no lote ao que recordar desse tempo, ela fala “Eu passei 17 anos morando no lote. Era tão bom. Eu não troco a minha casinha de taipa por essa boa. É um amor... Eu me dou tão bem. Porque assim eu nasci numa casinha de taipa, só com o barrinho. Eu era tão feliz com meu pai, minha mãe e meus irmãos”.

Figura 03- Carroça no quintal de Maria. 19 jul. 2012.



Fonte: MAIA (2012)



Assim, percebeu-se que o local de moradia de Maria confere-lhe um forte sentimento de pertencimento, de quem tem suas próprias raízes. A relação com a cidade consistiu em uma experiência que

ela

Fonte: MAIA (2012)

tem uma a possibilidade de rever sua trajetória, um exemplo é o fogão a lenha que ela mantém em uso, ao mesmo tempo em que convive com as novas lembranças que tem sido construídas, como o cuidado em manter organizadas as fotos dos netos. Através da experiência de Maria, pode-se perceber ainda que para ela no campo é possível a reprodução das atividades agrícolas peculiares a esse espaço, bem como a sua reprodução social, de modo a considerar que nesse espaço encontram-se as condições que a fazem feliz, sendo a

possibilidade de criar, ter uma casa arrumada para receber seus netos, ter sua própria renda.

A relação que ela faz com a qualidade de vida em seu local de moradia, está relacionada à melhoria de vida que o morar no campo traz para ela, como aposentadoria, possibilidade de plantar, criar seus animais, e ainda estar perto dos seus filhos e netos. É importante ressaltar ainda que o lugar em que ela mora representa recordar momentos felizes de sua vida, ao falar da casinha de barro da sua infância, em que segundo a agricultora, ela era muito feliz nesse tempo.

Embora Maria reconheça que o lugar em que ela mora há aspectos passíveis de melhoria no que diz respeito a segurança, saúde, o que realmente é relevante para a sua permanência nesse lugar é o que ela adquiriu nesse espaço, diferente de quando outrora morou na cidade.

Assim, faz-se necessário reconhecer que, embora para alguns a permanência no campo só seja possível a partir de condições concretas, como trabalho, lazer, para outros isso é possível a partir

das emoções que esse lugar proporciona, como a felicidade de Maria em ter sua casa própria, ter um lugar para criar seus animais, continuar cozinhando no seu fogão a lenha.

3.1.2 Maria Neuza da Silva

“Hoje eu moro em um palácio, a vista de antes, eu moro em uma senhora casa”.

Maria Neuza da Silva tem 47 anos e mora junto com o marido e dois netos. Mora no assentamento há 08 anos. No início da entrevista ela relatou a experiência de ter morado na cidade, sobre o que ela diz “Quando eu morei na cidade foi só sofrimento”. As lembranças que ela tem desse período, consistem em tempos difíceis em que não tinha casa própria. As condições da residência nesse tempo consistia em estrutura de taipa (pau a pique) com apenas 2 cômodos para 8 pessoas, e quando chovia todos ficavam acomodados em apenas 1 cômodo, sobre esse tempo ela fala “Essa casinha, quando

dava o inverno⁶ a água caía e ficava tudo só no barro”.

Hoje, a casa em que mora tem 06 cômodos, conta com aparelhos domésticos como geladeira, televisão, ventilador, liquidificador, torradeira, antena parabólica. A renda da família consiste em menos de três salários mínimos, recebe o auxílio Bolsa Escola que é utilizado para os gastos com as crianças – material escolar, alimentação. Os resíduos orgânicos são utilizados para adubar as plantas, e os resíduos não-orgânicos são queimados a uma distância da casa. Quando morava na cidade a alimentação não era boa, tinha dias que não tinha o que comer. No quintal ela cultivava aves, horta como coentro, cebolinha, frutíferas como cajueiro, bananeira, mangueira, goiabeira, abacate.

O fato lamentado em relação ao seu local de moradia refere-se à dificuldade para plantar devido à falta de água. Em sua fala ela questiona “Como um agricultor vive sem plantar, sem produzir, como fazer agricultura sem água?”. Tal dificuldade incide na ausência de renda, fato que a mesma lamenta. Ao relatar

⁶Estação chuvosa na região

sobre a vida na cidade, ela acessa as memórias dos tempos difíceis em que viveu nesse espaço, e o relaciona como um local em que para ela se tornou impossível de viver, de acordo com sua história de vida. Nesse sentido, ela fala:

Na cidade tudo é difícil. Tudo que a gente precisa tem que comprar. Aqui não. Aqui é totalmente diferente. Se precisar quebra a lenha, cozinha a carvão, cozinha de todo jeito. Na cidade não, tudo é difícil. Para mim foi a maior dificuldade da minha vida. Lá é bom para quem teve um estudo, um emprego.

A vinda dela para o Mulunguzinho decorreu da vinda dos seus pais para o assentamento. Em seguida, seu marido veio e adquiriu a propriedade. Sobre a sua vinda ela relata: “Eu vim praticamente a força, eu não queria vir para cá. Eu já estava tão acostumada com o sofrimento lá, e eu achava tão bom, que eu achava que aqui seria muito pior quando eu chegasse. Hoje me chame para ir para Mossoró que eu não vou mais”. Essa característica de parentesco presente nos assentamentos após a fase de

acampamento é apresentada por (Marques 2004: 150) ao afirmar:

A vida adquire certa normalidade no assentamento, e antigas práticas e relações sociais tendem a ser recriadas, estruturando-se o modo de vida dos assentados. Enquanto no acampamento prevalece um movimento de identificação entre os companheiros de luta, apoiado num sentimento de cumplicidade que se origina da partilha das dificuldades do dia-a-dia, na fase de assentamento se observa a tendência a uma retomada gradativa do modelo de parentesco, vigente entre os camponeses da região. São estabelecidas relações de afinidades entre eles, por meio do matrimônio e do compadrio, reafirmando os laços criados no calor dos embates. As relações de parentesco vão assumindo um peso cada vez maior em relação à organização social do grupo, favorecendo o surgimento de um universo de relações mais estáveis, cujas regras de conduta

são conhecidas e previsíveis até certo ponto.

Quando foi perguntado o que ela considera bom em viver nesse lugar, ela afirma “A convivência com as pessoas. Estar perto da minha família. Tenho meu pai, minha mãe. Essa é a razão maior de eu estar aqui”. Perguntou-se o que ela considera que precisa melhorar, ela apontou que o acesso à água, a problemática das drogas, já presente no assentamento, e ainda a disponibilização de serviços de saúde. Percebe-se que a relação que essa agricultora tem com a cidade trata-se de memórias ruins. O tempo em que não tinha casa própria para morar, e por isso as condições de habitação eram precárias, a fome que a família passou, bem como a morte de uma filha, fato que ela relaciona a má qualidade de vida que a sua filha tinha. No sentido de não se alimentar bem, e trabalhar muito. Sobre a sua opinião em relação a cidade, ela afirma:

Para mim não tem nada de bom. Lá tem violência. Quando eu preciso ir lá, tem o carro da linha, eu vou lá e compro o que preciso. O que acho de bom são

minhas filhas que estão lá. Eu vou lá visitar e pronto, mas para morar eu não quero. O que tem de bom é se a pessoa ficar doente pode chamar uma ambulância, ou se tiver dinheiro paga um táxi e vai.

As memórias que hoje são construídas e relatadas pela agricultora em seu local atual de moradia consistem em bons momentos. Perguntou-se o que ela acha da sua casa hoje, ao que ela responde: “Hoje eu moro em um palácio, a vista de antes, eu moro em uma senhora casa”. Quando se perguntou o que ela considera de bom ou ruim em morar no espaço rural, a mesma se refere à distância que dificulta acesso aos serviços de saúde, a violência responsável pela falta de momentos de confraternização. Os momentos de felicidade e tristeza estão relacionados à presença e ausência dos seus filhos e parentes, consecutivamente. É importante considerar que esses sentimentos também foram identificados na narrativa de Maria Francisca.

Ao solicitar dela os registros fotográficos que simbolizam a permanência em seu local de moradia, ela pediu que se

Guedes, Z.; Stradiotto, E.; Rozendo, C. & Siqueira, V.

voltasse na manhã seguinte, por volta das cinco horas da manhã, para registrar os seus pais, que são para ela o motivo de permanecer nesse lugar. Essa imagem é apresentada na figura 5, no momento em que o pai se dirige a cidade. As sextas-feiras sai cedo de casa, por volta das cinco da manhã, para levar os produtos agroecológicos produzidos por algumas mulheres da comunidade, que são comercializados no espaço urbano, bem como para visitar parentes que moram na cidade. A mulher, nesse mesmo horário, começa as tarefas domésticas como varrer a frente de sua casa. Em seguida, ela me pediu um registro dela junto com seus pais, figura 6.

Ao entregar a ela a câmera para os registros fotográficos, as imagens trazidas pela agricultora consistiram nas fotografias dos seus filhos, figura 7, as plantas em seu quintal, figura 8, que segundo ela não poderiam deixar de ser registradas.



Ter, amar e ser: uma possibilidade de compreender as relações entre desenvolvimento...

Figura 05: Pais de Maria Neuza da Silva.
20 jul. 2012

Fonte: MAIA (2012)



Fonte: MAIA (2012)



Neuza.. 20 jul. 2012.

Fonte: MAIA (2012)

Figura 08: Plantas no quintal de Maria Neuza.
20 jul. 2012.



Fonte: MAIA (2012)

Nos registros fotográficos apresentados por Maria Neuza, pode-se perceber que o fator determinante de fixação em seu local de moradia diz respeito ao amar e o ser. Isso pode ser evidenciado no registro feito dos seus pais, embora toda a dificuldade encontrada por ela no assentamento, como impossibilidade de viver da agricultura devido a falta de água, ela não pensa em nenhum momento em ficar longe dos seus pais. Do mesmo modo, ao apresentar as fotos dos filhos na parede da sala há o sentimento de que estando aí as fotos, eles se mantêm perto dela.

Ao conversar sobre o que ela entende por qualidade de vida, sobretudo em seu espaço de moradia, ela respondeu: “Eu acho que para ter qualidade de vida nós

temos que ter como trabalhar, porque eu acho que a vida seria bem melhor tendo condições de trabalhar, principalmente pela questão da água para plantar, porque o agricultor precisa de água para trabalhar”. Desse modo, o que se pode perceber no relato da agricultora é que é preciso desenvolver a capacidade endógena do espaço rural, sobretudo a partir de suas especificidades locais, considerando que constitui-se em um espaço de vivência social e não apenas de produção, porém essa vivência pode ser favorecida a partir do desenvolvimento de estratégias que favoreçam ao dinamismo local da agricultura familiar. Nesse sentido, toma-se como base o pensamento de (Leff 2006: 484):

O alívio da pobreza não depende do aproveitamento do excedente da força de trabalho dos pobres para a construção de infraestrutura básica e para gerar as condições de produção do capital em expansão, mas para mobilização do potencial produtivo dos ecossistemas e das próprias comunidades para seu próprio benefício.

Quando se perguntou o que ela diria para alguém que queira vir morar ali, ela afirma:

Deixe o inverno chegar, agora a situação está difícil aqui. Eu não viria, vendo como está a situação aqui está difícil eu não viria, mas estando aqui eu não quero sair. Para você ter uma ideia, muitos que moram aqui, trabalham na cidade. Porque aqui não tem como trabalhar. Vive aqui, diz que é agricultor, mas vive de carteira assinada na rua. Porque ele diz eu vou dizer que sou agricultor e matar o meu filho de fome? Não tem como. Aí vai e vem todo dia. Mas porque? Porque não tem como trabalhar aqui dentro. Para o aposentado não é tão difícil porque tem aquele dinheiro certo da aposentadoria. Mas para quem não tem nenhum ganho, é muito difícil. Tem que sair daqui e trabalhar fora.

De acordo com o relato da agricultora, pode-se inferir que a permanência nesse espaço depende de uma teia complexa, pois conforme (Marques 2002:98), (Abramovay 2000:381) e (Wanderley 2009:64), o espaço rural não se trata de um lugar isolado, e nesse sentido, a intensidade da vida local está relacionada às possibilidades econômicas aliadas as culturais e sociais dessas regiões.

No caso de Maria Neuza, referente a sua narrativa, entende-se que essa permanência é possível pelos laços afetivos, a presença de seus pais, vizinhos, a sua casa, bem como a própria condição de morar no campo, embora expresse muito claramente as dificuldades de sobrevivência nesse local. Percebeu-se, portanto, que apesar de na sua atual moradia ela encontrar dificuldades, considera-se feliz ao ponto de não querer sair desse lugar.

3.2. Qualidade de vida e desenvolvimento

É possível problematizar a permanência no campo, pois ao mesmo tempo em que se percebe no cotidiano dos agricultores a

compreensão da perspectiva de convivência com o Semiárido (Silva 2006: 180), e estudos como o apresentado por (Ploeg 2008:87) afirmarem que o desenvolvimento eficaz das zonas rurais depende do desenvolvimento das atividades primárias, percebe-se que de acordo com a narrativa da agricultora há a compreensão da importância de ser agricultor, porém em momentos difíceis como o de seca, como permanecer nessa condição?

Assim, é provável que muitos outros caminhos tenham que ser apresentados para esse espaço. A inserção de novas tecnologias na perspectiva apresentada por (Medeiros J. e Medeiros L. 1993:24) que afirmam que no momento de introdução de tecnologias, de um modo geral, haja participação da sociedade, de modo que elas possam atender as necessidades da população, bem como na otimização da convivência com o Semiárido tomando como referência (Malvezzi 2007:35) que considera que ela implica em um novo conceito e um novo olhar para essa região. Ainda afirma que se deve reconhecer que os povos dessas localidades, com seus saberes, desenvolveram suas próprias estratégias

de convivência com esse ambiente específico.

A qualidade de vida compreendida por Maria Neuza só é possível se o agricultor tiver como plantar, produzir. Ao mesmo tempo em que esta perspectiva está relacionada aos laços afetivos que seu lugar de moradia proporciona, sobretudo, o contato diário com os pais.

Os aspectos positivos por eles elencados foram casa própria, proximidade dos familiares, trabalho, terra para cultivar, a coletividade, a comodidade da casa própria e a tranquilidade. Quanto ao que lamentam em seu local de moradia refere-se a falta de segurança, falta de água, falta de transporte; falta de oportunidade para comercialização, saudade dos familiares distantes e falta de políticas públicas.

Para a compreensão da fixação no lugar de moradia dos sujeitos aqui investigados, buscou-se olhá-los enquanto sujeitos socialmente significativos, e não apenas trazer dados estatísticos que não considerariam a problemática aqui abordada, no sentido da complexidade presente tanto no campo quanto na cidade.

Percebeu-se que os sujeitos que contribuíram com a presente pesquisa produzem um discurso aberto, o que significa que não se restringem a relatar aspectos de sua vida presente, bem como acessar as suas memórias. E ainda relatam que transitam de um espaço a outro, porém conseguem estabelecer, ou ter muito claro o que lhes é favorável, e determinante para fixação em seu local de moradia.

Com a finalidade de apresentar uma síntese do que os sujeitos participantes consideram como relevante em seu local de moradia relacionado às categorias ter, amar e ser observou-se que a condição do ter as agricultoras relacionam a possibilidade da casa própria; Trabalho como condição primordial; Viver da terra; A possibilidade de criar animais; Garantia de renda da família; Variedade na alimentação; A possibilidade de comercializar o excedente da produção; Possibilidade de pluriatividade; Condição de autonomia econômica e social. A categoria amar diz respeito Relações de parentesco; Forte sentimento de pertencimento local; Relacionamento de afeto com os vizinhos; Resgate da sua história; Relações de afeto com seu local

de moradia; Tranquilidade. Sobre a condição do ser evidenciou-se Reconhecimento de empoderamento; Consciência política; Produção de alimentos saudáveis; Reutilização de resíduos orgânicos.

De acordo com a síntese apresentada percebe-se que os moradores do campo conseguem desenvolver-se socioeconomicamente, além de desenvolver relações de afeto com o lugar em que moram, percebem com muita clareza o que é determinante para a fixação nesse espaço. Para essas pessoas há a possibilidade de autonomia, pois eles mesmos podem desenvolver suas estratégias para obter renda.

Ademais, a perspectiva da sustentabilidade ambiental está intrínseca no cotidiano dessas pessoas. Pois, os assentados consideram importantes duas condições interdependentes. A primeira é a dependência que têm dos recursos naturais, água e solo são considerados como vitais para sua reprodução social e econômica. E por isso, os participantes da pesquisa sempre enfatizam que diferente das grandes corporações do agronegócio, por exemplo, eles têm que cuidar muito

bem do solo em que cultivam, pois sabem que se esse for exaurido, não terão como adquirir outra terra para plantar, e para manterem a produção alimentar para sua família. Nesse sentido, afirma (Leff 2006: 224) “A valorização dos recursos naturais está sujeita a temporalidades ecológicas de regeneração e produtividade, que não correspondem aos ciclos econômicos, e a processos sociais e culturais que não podem reduzir-se à esfera econômica”.

O potencial ambiental de desenvolvimento sustentável é considerado por (Ibid:244) como a possibilidade de pensar e construir uma nova racionalidade de produção, que esteja baseada na articulação de processos ecológicos, tecnológicos e também culturais. Nesse sentido, pensar no desenvolvimento local na perspectiva do desenvolvimento sustentável é reconhecer que, o sentimento de pertencimento das pessoas está igualmente relacionado com a valorização dos saberes locais e culturais preservados, bem como a necessidade de preservar os recursos de onde extraem sua sobrevivência, conferindo-lhes a possibilidade de reprodução social. Os registros fotográficos consistiram em material rico

para compreensão do problema aqui tratado, pois permitiu um outro olhar de interpretação que se obteve através das imagens reproduzidas pelos sujeitos, bem como pela pesquisadora. A captação das imagens feitas pelos sujeitos e apresentada para nós traziam a sua subjetividade. No sentido de deterem-se a aspectos subjetivos como plantas, fotos dos filhos, fogão a lenha. Assim, as imagens constituíram em material complementar para as entrevistas, pois os registros que trouxeram apresentavam diferentes formas de percepção sobre seu espaço de moradia. Logo, os registros foram traduzidos e interpretados de acordo com o significado que os sujeitos lhes atribuíam, conforme (Ferrara 1993:32).

Descobriu-se na presente pesquisa que as melhores formas de viver não são exclusividade de um espaço, ao contrário, cada um apresenta suas peculiaridades, ao mesmo tempo em que trazem suas semelhanças, seja pelo fato de o campo não ser mais um espaço isolado, ou mesmo o urbano que vai além das cidades, se tornando um processo que alcança a sociedade em suas mais diversas expressões. Nesse sentido, a

cidade irradia o campo, bem como o campo chega até a cidade, cada um mantendo suas peculiaridades, conforme (Bagli 2006:47).

Os agricultores e agricultoras trouxeram registros diversos, desde as plantas no quintal, até o fogão a lenha. Pode-se perceber que para esse grupo o determinante de estarem morando naquele lugar é a possibilidade de ter sua casa própria, autonomia, e consideravelmente permanecerem na condição de agricultores em que foram criados. Esse grupo não demonstrou nenhuma resistência em fazer os próprios registros, tampouco deixar a pesquisadora fazer. Nas imagens feitas pelos sujeitos foi priorizado o que representam sua condição de viver da terra, percebeu-se isso através do quintal, da horta, das plantas, dos animais. Ao mesmo tempo em que houve a preocupação de trazer nas imagens o que por eles foi lembrado durante as entrevistas, por exemplo, o fogão a lenha, as fotos dos filhos, dos netos, das panelas que tem que ficar expostas sempre limpas, a primeira carroça do assentamento. A mudança de vida possibilitada pelo campo foi registrada através dos eletrodomésticos,

do lugar de trabalho nas casas, dos cômodos da casa. Houve ainda nesse grupo a preocupação de trazer as relações de afeto nas imagens, ao fazerem questão de registrar os pais, e mesmo de registrar o alpendre, lugar de encontro entre a família, e mesmo quem chega a comunidade. Destarte, é possível inferir que o rural no mundo contemporâneo consiste em uma classe social quem tem sido constantemente reconhecida como tal, pois conforme (Wanderley 2009:37) esse reconhecimento é proveniente de políticas públicas, assim como da autonomia dos sujeitos que tem constantemente reconhecido sua condição de ator social. E nesse sentido, o rural passa a ser evidenciado como um local de vida, de reprodução social.

Conforme (Merege 2001:25) qualidade de vida diz respeito tanto a condições objetivas como subjetivas, assim, é preciso quantificar essa possibilidade no sentido de apresentar dados que uma vez mensurados, podem ser lidos à luz da subjetividade dos sujeitos. O que implica em entender que a qualidade de vida está relacionada não exclusivamente, mas consideravelmente a autonomia do sujeito, no sentido de entender o que ele

tem razão para valorizar. Na presente pesquisa percebeu-se nas entrevistas muito evidente os aspectos subjetivos.

As estratégias de sobrevivência dos sujeitos investigados consistem nas mais diversas formas na busca de qualidade de vida. Sobretudo, porque enquanto para alguns o imperativo para qualidade de vida é a condição de trabalho, obtenção de renda, para outros é a possibilidade de estar próximo aos familiares. Sendo assim, o local de moradia passa a ser determinante para propiciar-lhes a condição que julgam necessário. De modo que passam a extrair de outros espaços o que falta no seu espaço de moradia, mantendo assim inter-relação com outros espaços de reprodução social.

A forma que procurou-se olhar para o campo na presente pesquisa consistiu na condição de local de reprodução social, e não apenas em sua condição econômica. Nesse sentido, foi trazida a condição do habitar proposta por (Carlos 2007:22) “àquele do lazer e das horas fora das atividades produtivas, à vida privada que conserva o sentido das relações entre as necessidades e os desejos que marcam a reprodução individual e da sociedade

(englobando, também, as ações que fogem ou se rebelam ao “poder estabelecido”)

4. Considerações Finais

A presente pesquisa foi desenvolvida com o intuito de apresentar uma análise sobre a percepção dos moradores do campo sobre a qualidade de vida em seu espaço de moradia no sentido de compreender como se dá a sustentabilidade e qual modelo de desenvolvimento está presente em tal concepção. Nesse sentido, através das categorias ter, amar e ser nos foi possibilitado abordar desenvolvimento e sustentabilidade em uma perspectiva que colocou-nos frente ao que Sen (2000) foi propor sobre desenvolvimento, que é alargar a participação dos sujeitos, pensar nas liberdades de escolhas dos indivíduos, considerando, sobretudo, que a trajetória de vida dos agricultores e agricultoras é relevante para a fixação e reprodução social em seu local de moradia.

Para tal perspectiva, a presente pesquisa deteu-se a apresentar a percepção desses sujeitos, de modo a considerar a subjetividade dos mesmos, no sentido de

compreender como essas pessoas avaliam a qualidade de vida, sobretudo relacionando a sua trajetória de vida, e ainda o que eles consideram como importante ou determinante para fixarem moradia nesse espaço com base em outros valores como ter, amar e ser.

Nesse sentido, buscou-se dialogar com o desenvolvimento nas seguintes perspectivas. Entendendo este em um sentido mais abrangente, em que os indivíduos participam de forma direta em seu cotidiano através de ações sustentáveis, como manejo adequado do solo, valorização dos recursos naturais, maior participação social nas tomadas de decisões, interação com outros espaços da sociedade. Assim, uma vez que o desenvolvimento local é potencializador para a sustentabilidade socioambiental, buscou-se a percepção dessas pessoas no tocante ao que é determinante para a fixação em seu espaço de moradia. Ou seja, o que os agricultores e agricultoras têm como qualidade de vida para permanecerem no Assentamento.

Destarte, é possível inferir que o contato com a natureza e, estarem realizando a realização da atividade produtiva que

aprenderam em suas infâncias é determinante, bem como outras possibilidades, como ter casa própria, serem trabalhadores autônomos. Contudo, outras perspectivas não são secundarizadas por essas pessoas. Tais como o amar. Pois, percebeu-se que o afeto é determinante para essa fixação. Os laços de solidariedade, as lembranças cotidianas que são construídas. Embora reconheçam os aspectos passíveis de melhoria, tais como, melhor acesso a saúde e educação, ainda assim não pensam em sair do Assentamento. Ao contrário, idealizam um lugar com mais acesso e possibilidades, mas sair deste não é uma opção para esses agricultores e agricultoras.

Por fim, a abordagem de desenvolvimento e sustentabilidade que se propôs a trabalhar na presente pesquisa tratou-se de vislumbrar a relevância do meio ambiente para quem reconhece neste uma condição essencial à sua existência. Nesse sentido, tratou-se de compreender a fixação no local de moradia relacionada à subjetividade dos sujeitos, bem como às possibilidades reais a que eles têm acesso.

Bibliografia

Bagli, Priscila (2006), Rural e urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Orgs.). *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular.

Boni, Valdete; Quaresma, Sílvia Jurema (2005), *Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais*. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, v. 2, n.1/3, jan./jul., p. 68-80, 2005.

Buarque, Sérgio C. (2008), *Construindo o desenvolvimento local sustentável*. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 180p.

Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento (2001), 3. ed. Brasília: Senado Federal.

Ferrara, Lucrecia D'Alessio (1993), *Olhar periférico: informação, linguagem, percepção ambiental*. São Paulo: Edusp.

Herculano, Selene (1998), *A qualidade de vida e seus indicadores*. Ambiente & sociedade. Campinas: n.2.

Foster, John Bellamy (2005), *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Leff, Enrique (2006), *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Ídem (1998), *Saber ambiental: sustentabilidad, racionalidad, complejidad, poder*. Siglo XXI-PNUMA, México.

Martins, et al (2000), *Qualidade de vida, ponto de partida ou resultado final?* Ciência & saúde coletiva, v. 5, n. 1, p. 63-81.

Merege, Luiz Carlos (2001), *Análise de formações comunitárias em favelas: metodologia, perspectivas e resultados: o modelo da Associação Comunitária Monte Azul (ACOMA)*. Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getulio Vargas, Núcleo de Pesquisas e Publicações.

Minayo, Maria Cecília de Souza (1994), *Pesquisa social*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Pontual, Pedro C. (2002), Qualidade de vida, participação e percepção da população. In: KEINERT, Tânia Margarete Mezzomo; KARRUZ, Ana Paula. *Qualidade de vida: observatórios, experiências e metodologias*. São Paulo: FAPESP.

Santos, Boaventura de Sousa (2006), *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez.

Sen, Amartya (2000), *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia das Letras.

Vitte, Claudete de Castro Silva (2002), *Planejamento urbano, sustentabilidade urbana e qualidade de vida: considerações sobre o significado de cidade e cidadania no início do século XXI*. In: KEINERT, Tânia Margarete Mezzomo; KARRUZ, Ana Paula. *Qualidade de vida: observatórios, experiências e metodologias*. São Paulo: FAPESP.

Wanderley, Maria de Nazareth Baudel (2009), *O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre, UFRGS. Série Estudos Rurais.

Weber, Florence (2009), *A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou por que censurar seu diário de campo? Horizonte antropológico*. [online]. v.15, n.32, p. 157-170. ISSN 0104-7183. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832009000200007>.

Weill, Simone (1996), *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Williams, Raymond (2011), *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras.

Zumthor, Paul (1993), *A letra e a voz: a literatura medieval*. São Paulo, Companhia das Letras.